Maxi educa

TRINDADE-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

ASSISTENTE SOCIAL (SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL)



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.maxieduca.com.br

Maxi educa

SUMÁRIO

Prefeitura de Trindade - PE

Assistente Social (Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social)

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Análise Textual (compreensão global, ideias principais e secundárias, inferências, coesão, coerência, gêneros textuais e variedades linguísticas) **1**
Redação Oficial (elaboração de correspondências, ofícios, circulares e protocolos) ... **18**
Sintaxe **40**
Concordância verbal e nominal **46**
Regência **52**
Crase **59**
Pontuação **63**
Questões **67**
Gabarito **78**

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei Federal Nº 8.742/1993; Sistema Único de Assistência Social – SUAS – Lei Federal Nº 8.742/1993; Benefício de Prestação Continuada – BPC – Lei Federal Nº 8.742/1993 ..... **1**
Política Nacional de Assistência Social – PNAS – Resolução CNAS Nº 145/2004 ..... **19**
Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS – Resolução CNAS Nº 33/2012 .. **19**
Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS Nº 109/2009 **59**
Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico – Decreto Federal Nº 11.016/2022 **60**
Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei Federal Nº 8.069/1990 ..... **64**
Estatuto da Pessoa Idosa – Lei Federal Nº 10.741/2003 ..... **134**
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei Federal Nº 13.146/2015 .. **154**
Questões **186**
Gabarito **192**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Fundamentos do Serviço Social aplicados ao atendimento socioassistencial..... 1

Instrumentalidade e dimensões técnico-operativas do Serviço Social. Atendimento social de indivíduos, famílias e grupos. Entrevista social, escuta qualificada e abordagem social. Estudo social e avaliação sociofamiliar. Diagnóstico das condições sociais, econômicas e familiares dos usuários. Visita domiciliar como instrumento de investigação e intervenção profissional. Elaboração de relatórios, pareceres, laudos e registros técnicos..... 6

Construção, execução e avaliação de planos de acompanhamento e intervenção social. 12

Acompanhamento de famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade e risco social. Intervenção profissional junto a mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência..... 17

Técnicas de trabalho com grupos e desenvolvimento de atividades socioeducativas . 22

Acompanhamento de situações relacionadas à desproteção familiar, violência, negligência, abandono e outras demandas sociais..... 27

Orientação, encaminhamento e acompanhamento técnico dos casos atendidos, sem prejuízo das competências dos demais serviços 32

Ética profissional, sigilo, responsabilidade técnica e limites de atuação do Assistente Social..... 37

Questões 42

Gabarito..... 48

GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS SOCIAIS

Conselho e direitos sociais. Criação e implementação de políticas públicas sociais ... 1

Direitos da criança e do adolescente. Direitos humanos e cidadania. Direitos sociais e assistência social..... 6

Gestão de serviços socioassistenciais..... 11

Inclusão social e combate à vulnerabilidade..... 16

Legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 21

Legislação e direitos previdenciários..... 26

Planejamento e execução de programas sociais..... 31

Proteção social básica e especial. Rede de serviços sociais e intersetorialidade 36

Supervisão e acompanhamento de projetos sociais..... 41

Trabalho interdisciplinar com outras áreas..... 46

Vigilância social e prevenção de vulnerabilidades 51

Questões 56

Gabarito..... 61

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos profissionais no atendimento socioassistencial

O atendimento socioassistencial é uma forma de intervenção profissional inserida na política pública de assistência social e orientada pela garantia de direitos. Para o Serviço Social, a demanda apresentada por uma pessoa ou família não é tomada como um fato isolado, porque necessidades materiais, vínculos familiares, condições de trabalho, acesso a renda, moradia, mobilidade, saúde, educação e proteção social se relacionam. A atuação profissional procura compreender essas conexões sem reduzir o usuário a uma carência, a um comportamento individual ou a um diagnóstico moral sobre sua trajetória.

Leitura das necessidades e das expressões da questão social

A leitura profissional parte da situação concreta narrada pelo usuário, mas avança para as condições sociais que produzem ou agravam aquela demanda. Uma dificuldade para manter alimentação regular, por exemplo, pode estar associada à perda de renda, ao cuidado exclusivo de crianças pequenas, à ausência de apoio comunitário, a despesas extraordinárias ou a barreiras de acesso a benefícios e serviços. A intervenção não se limita a confirmar a existência da necessidade imediata. Ela procura identificar direitos acionáveis, recursos disponíveis, fatores de proteção e obstáculos que impedem a família de utilizar as respostas existentes no território.

Da demanda imediata à compreensão do contexto

A demanda inicial funciona como porta de entrada para uma análise mais ampla. Quando uma responsável familiar procura um serviço porque não consegue pagar contas básicas, o atendimento pode revelar que ela perdeu recentemente um trabalho informal, cuida sozinha de dois filhos e ainda não conseguiu atualizar cadastros necessários para acessar apoios públicos. O profissional diferencia o que exige resposta urgente, o que depende de orientação, o que deve ser acompanhado e o que precisa de articulação com outros serviços. Essa diferenciação impede que situações complexas sejam tratadas apenas com respostas pontuais.

A tabela organiza quatro níveis que costumam aparecer simultaneamente em um atendimento. A distinção ajuda a evitar que a intervenção confunda a fala inicial com todo o conteúdo social do caso.

Elemento analisado	Pergunta profissional central	Exemplo de manifestação	Consequência para o atendimento
Demanda imediata	O que a pessoa solicita ou relata primeiro?	Dificuldade para adquirir alimentos	Exige acolhida e verificação da urgência
Necessidade social	Que condições de vida sustentam a demanda?	Perda de renda e ausência de apoio para cuidado	Requer análise ampliada da situação
Direito socioassistencial	Que proteção pública pode ser acessada?	Serviços, benefícios ou acompanhamentos cabíveis	Orienta encaminhamentos e providências
Barreira de acesso	O que impede o uso efetivo da proteção?	Falta de documentos, transporte ou informação	Exige mediação e acompanhamento específico

A utilidade dessa diferenciação está em preservar a complexidade do atendimento. Duas famílias podem apresentar a mesma solicitação inicial e, ainda assim, necessitar de respostas profissionais distintas. Uma pode precisar principalmente de orientação para acesso a uma proteção já disponível; outra pode demandar acompanhamento continuado porque os fatores de vulnerabilidade se combinam e persistem. A intervenção profissional ganha qualidade quando a análise identifica essa diferença antes de definir ações.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Conselhos como espaços institucionais de participação e controle social

Representação social, deliberação e fiscalização

Os conselhos de políticas públicas integram a arquitetura democrática de gestão ao criar um espaço permanente em que representantes do poder público e da sociedade civil examinam prioridades, acompanham a execução de ações e deliberam dentro das competências definidas para cada colegiado. No campo da assistência social, os conselhos têm papel particularmente relevante porque a política se organiza de forma descentralizada e participativa. Sua atuação não se confunde com a administração direta dos serviços: o conselho não substitui o órgão gestor, a equipe técnica ou a unidade de atendimento. Sua função é exercer controle social, apreciar planos e propostas, acompanhar recursos, discutir a qualidade das ofertas e dar visibilidade pública a decisões que afetam direitos coletivos.

Composição, legitimidade e autonomia da representação

A legitimidade de um conselho depende da existência de regras transparentes de composição e de condições para que seus membros atuem com autonomia. Na assistência social, a presença equilibrada de representantes governamentais e da sociedade civil busca impedir que o controle social seja reduzido a uma confirmação automática das decisões administrativas. Usuários, trabalhadores e entidades ou organizações da área podem trazer experiências distintas sobre a realidade dos serviços, revelando barreiras que nem sempre aparecem em relatórios de gestão. A representação, porém, não deve ser entendida como defesa de interesse particular. O conselheiro atua em uma função pública de caráter coletivo, devendo examinar informações, ouvir segmentos representados e fundamentar suas posições em direitos, necessidades territoriais e interesse público.

Direitos sociais como referência da ação colegiada

Direitos sociais orientam a ação dos conselhos porque permitem avaliar políticas públicas não apenas pelo volume de atividades executadas, mas pela capacidade de produzir acesso efetivo, proteção e redução de desigualdades. A Constituição Federal de 1988 consolidou um desenho de proteção social no qual saúde, previdência e assistência social integram a seguridade social, ao lado de outros direitos sociais assegurados pelo ordenamento brasileiro. Para o controle social, isso significa observar se pessoas e grupos conseguem chegar às ofertas, se há barreiras territoriais, institucionais ou discriminatórias e se recursos públicos estão coerentes com prioridades socialmente reconhecidas.

Alguns mecanismos de participação possuem finalidades diferentes e podem se complementar. A comparação ajuda a perceber por que nenhum deles, isoladamente, esgota o controle democrático.

Mecanismo	Natureza do espaço	Finalidade predominante	Participantes	Resultado típico
Conselho	Permanente e institucional	Deliberar, acompanhar e fiscalizar	Governo e sociedade civil	Resoluções, deliberações e acompanhamento continuado
Conferência	Periódica e ampliada	Avaliar a política e propor diretrizes	Usuários, trabalhadores, gestores e entidades	Prioridades e diretrizes para ciclos futuros
Audiência pública	Pontual e temática	Debater decisão ou problema específico	Poder público e interessados	Subsídios, manifestações e registro público

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!